

CAPÍTULO II

MUSEUS BRASILEIROS E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS SOBRE O NEGRO

MARCELO NASCIMENTO BERNARDO DA CUNHA¹

Resumo: Museus como instituições difusoras de ideologias através de imagens têm contribuído para a construção de imaginários sobre o continente africano, suas populações e culturas, bem como sobre as diásporas negras e suas consequências. No Brasil, a construção da memória e identidade nacional foi marcada por uma vontade de branqueamento da nação, com ênfase para elementos culturais europeus, colocando de lado, ou tratando de forma diferenciada, o patrimônio e memória de negros e índios. Neste capítulo, apresentamos algumas considerações sobre imagens recorrentes em exposições museológicas brasileiras, relativos a aspectos da história e cultura africana e dos negros no Brasil.

Palavras-chave: Exposições Museológicas - Memória - Culturas africanas e afro-brasileiras.

Museus são instituições chave na criação de imagens e imaginários. Através deles, o ocidente tem produzido referenciais simbólicos sobre o continente africano e povos que de lá se espalharam pelo mundo, difundindo estereótipos negativos sobre sua presença nas culturas ocidentais e construindo imaginários sobre a “superioridade” branca. Processos de musealização explicitam elementos constituintes das culturas e sobre a forma como matrizes culturais são historicamente construídas, sistematizadas e selecionadas, bem como sobre as formas pelas quais cada sociedade pretende representar-se.

Como campos para trocas simbólicas e jogos de poder, museus apresentam e rememoram elementos da cultura, pessoas, grupos e acontecimentos, definindo ob-

¹ Prof. Adjunto do Departamento de Museologia – UFBA. Pesquisador Museu Afro-Brasileiro – CEAO/UFBA. marcelo.bernardodacunha.cunha@gmail.com

jetos que identificam e diferenciam os grupos e suas práticas sociais. Por outro lado, promovem esquecimentos ao compor quadros de referências, que deixam outros elementos fora de suas seleções. Exposições museológicas devem ser pensadas relacionadas ao cenário das políticas e ações culturais, servindo às políticas de criação e manutenção de ideologias.

Expor é revelar/esconder, evidenciar/dissimular, incluir/excluir, elementos que seus criadores desejam tornar conhecidos ou esquecidos. Colocam-nos diante de concepções e abordagens do mundo, onde expor é também propor, por meio de imagens, referências espaciais e interações, que ocorrem pelo que se expõe, mas também pelo que se guarda ou oculta.

Pensar questões relativas à presença de africanos e seus descendentes no Brasil, bem como nos lugares destinados para suas práticas sociais e nas memórias construídas sobre suas presenças, implica pensar no processo de construção de mentalidades na sociedade brasileira e na projeção de uma ideia de nação e de cultura nacional, e das de identidades daí decorrentes.

Os processos de exclusão social ocorridos na formulação da nação brasileira e de sua identidade nacional, tendo a cultura como ferramenta operacional, fundamentaram-se na ideia de depuração do “cenário”, da “limpeza”, organização e classificação das suas referências nativas, portuguesas e africanas, idealizando as narrativas em torno destes contingentes, mitificando algumas participações e presenças das três raças ao longo da nossa história, em processos que levaram à determinação de papéis de destaque e de subordinação, à existência de indivíduos que vencem e outros que são vencidos, grupos que constroem e outros que “impedem” o amplo desenvolvimento da nação, produzindo um discurso maniqueísta sobre as histórias nacionais, voltado para a manutenção de poderes, saberes e memórias das elites políticas e intelectuais.

Formado a partir da diversidade étnica, em que cada um dos segmentos consagrados: índio, branco e negro, traz desdobramentos de grupos culturais que potencializam muitas referências e possibilidades, a realidade da nação brasileira expõe contextos extremamente plurais de referências culturais, em ambiente onde a tradição e a inovação dialogam permanentemente, com fusões e rupturas, acréscimos e exclusões. Daí a necessidade de passarmos da ideia de identidade nacional brasileira, monolítica e homogênea, para a ideia de identidades brasileiras, de culturas brasileiras, resultantes de encontros ao longo de mais que quinhentos anos.

Nesse contexto evidencia-se o papel e a importância dos patrimônios nacionais e nesta perspectiva, o museu tem exercido um papel de destaque, como espaço destinado à apresentação ritualizada dos patrimônios culturais, celebrando valores eleitos como representativos de nacionalidades e de culturas nacionais constituídas por elites dominantes e seus simpatizantes. Apresentando o discurso hegemônico na sua intertextualidade, no museu o patrimônio é manipulado e utilizado como ferramenta política e de autoridade.

Neste processo, o século XIX foi um momento em que ações específicas desenvolveram-se, estabelecendo paradigmas fundamentais na definição, proteção e socialização de traços culturais entendidos como patrimônio da civilização ocidental, constituindo-se vários espaços de memória para marcar e definir os elementos de Nações que surgiam e/ou afirmavam-se. Tal processo ocorreu em meio à definição de temas e discursos relacionados à construção de identidades nacionais, norteados pelas ideias de evolução, civilização e progresso. Prevalencia a lógica de exaltação de determinadas práticas e grupos sócio culturais, em detrimento de outros, justificando, desta forma, inclusive, todo o processo de expansão colonizadora do Ocidente cristão como forma de propiciar processos civilizatórios para grupos considerados “inferiores”, “primitivos” e “a-históricos”, em um projeto “messiânico” no qual os conflitos e as consequências devastadoras destas intervenções absolviam-se pelos benefícios “espirituais e intelectuais” dele decorrentes.

Desde o início desta expansão, deu-se grande interesse pela cultura material de povos e países colonizados e pela criação de museus etnográficos, acarretando prejuízos para os grupos considerados importantes, com a ação violenta de retirada de elementos de suas culturas materiais, enviados para institutos de pesquisa e museus etnográficos europeus em formação.

No caso do Brasil, o surgimento de uma nação livre, no século XIX, implicou a (re)construção de imaginários e referências que sustentassem e justificassem a pretendida nação, sendo necessária a criação de espaços de produção e sistematização de conhecimentos no Brasil e sobre o Brasil, com a definição de cenários, atores e enredos para a obra que era inaugurada. Foram de primordial importância os Institutos Geográficos e Históricos, as Escolas de Direito e de Medicina, bem como os Museus, como espaços em que o perfil ideal do Brasil e do Homem Brasileiro era estudado, forjado e apresentado ao público.

Podemos indagar qual foi o papel e lugar da cultura de africanos e seus descendentes nesta sociedade marcada profundamente pelo pensamento judaico-cristão e da aristocracia rural? Como foram definidas prioridades e incentivos? O que foi preservado e com que intenções?

No projeto de construção da Nação e sua Identidade e Cultura Nacional, baseado em conceitos elitistas de história, povo, língua, cultura e arte, ficam evidentes as dificuldades de introdução, entre os elementos componentes do patrimônio nacional, de elementos da cultura material e sensível de povos considerados “primitivos, sem história e sem arte”, segundo ideias dominantes na época. Foram realizadas, nas políticas patrimoniais e do imaginário delas decorrentes, formas de exclusão e/ou folclorização e manipulação de referências culturais de determinados grupos, como os negros, pois

[...] o escravo configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização. Discursos de diferentes proceden-

cias sociais colocavam-no lado a lado com miasmas e insalubridade. Na realidade, além da condição escrava, o próprio homem negro – que já havia sido excluído, por ocasião do Pacto Social implicado no Movimento da Independência, da composição de classes que constituiria, na visão do Estado, o controle da Nação brasileira – recebia conotações negativas de parte do corpo social. Escravo e negro eram percebidos, na prática, como a mesma coisa. [...] o antigo escravo era alguém a ser afastado – e, junto com ele, as aparências de pobreza, de hábitos não ‘civilizados’, de questões sociais graves. (Sodré, 1998: 39)

Apresentavam-se no Brasil questões conflitantes, relacionadas às bases da formação da sociedade brasileira e de sua história colonial marcadas pela empresa escravagista e presença maciça do negro, e mesmo do índio, nas formas de trabalho, nas práticas culturais e no contingente populacional. O problema de construção de imagens de progresso e modernidade e do projeto nacional, baseado em paradigmas referentes à civilização europeia, tornou-se evidente devido à presença de matrizes culturais consideradas inferiores e incivilizáveis, segundo os teóricos mais radicais. Sobre esta questão, entre vários outros comentários acerca da formação étnica do Brasil e suas consequências ao desenvolvimento nacional, Nina Rodrigues, em sua obra referência da época, em fins do século XIX, afirmava:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, [...] há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo. [...] Este juízo, que não disputa a infalibilidade ou a inerrância, nem aspira a proselitismo, obedece, na sua emissão franca e leal, não só ao mais rudimentar dever de uma convicção científica sincera, como os ditames de um devotamento respeitável ao futuro da minha pátria. (Rodrigues, 1977: p.7)

Em seu olhar de homem centrado por princípios científicos e ideias raciais desenvolvidas na Europa, Nina Rodrigues “identificou” uma sociedade marcada e ameaçada pela presença desregrada de negros e mestiços, que, em sua visão biológica e patológica, se não fossem controlados, colocariam em risco a sobrevivência ou o desenvolvimento da sociedade brasileira. Sua obra articulou o medo da mistura com a ideia de que a presença do negro na sociedade brasileira, sem controles eugênicos, provocaria a degeneração do povo e da sociedade como um todo. Juízo decorrente de uma série de preconceitos acerca dos traços culturais, físicos e psíquicos dos africanos e seus descendentes.

Tal discurso traduz o pensamento vigente no Brasil, desde o século XIX, projetando-se para o XX e, mesmo após o surgimento de outras correntes de pensamento questionadoras destas ideias racistas, que acabaram por firmar-se no imaginário social, não somente entre pessoas consideradas “despreparadas”, mas, inclusive, e talvez principalmente, como parte do pensamento das elites brasileiras, ecoando até hoje, em vários discursos, de forma explícita ou implícita.

Em Salvador, os jornais do início do século XX apresentavam o negro como inferiores e incivilizados, em contraponto aos brancos, apresentados como superiores e portadores de padrões civilizatórios europeus. Temas como inferioridade, violência, criminalidade e desorganização familiar, imoralidade e degeneração sexual, além de atraso sócio cultural. A religiosidade de matriz africana era relacionada a práticas indecorosas, provocadora de transtornos na ordem pública, feitiçaria, magia, curandeirismo, espetáculo do atraso.

A uma cultura branca, considerada superior e civilizada, com raízes europeias introduzidas a partir dos primeiros colonizadores portugueses, complementada pela presença de outros imigrantes europeus a partir de meados do século XIX, opunha-se uma cultura indígena autóctone e uma cultura negra transplantada através da empresa escravista colonial, consideradas inferiores, selvagens, bárbaras. O discurso passava pela confrontação de forças e pela necessidade do estabelecimento de estratégias de controle e regulação que atenuassem o problema, possibilitando, a médio e longo prazo, a definição dos traços culturais de origem europeia.

Objetos de culturas de negros e de índios - quilombolas, sertanejos, nordestinos, nortistas, peões, candangos, entre outros -, geralmente são apresentados pelo viés do exotismo e da variação/deturpação dos padrões superiores a serem seguidos, moldando-se, para tal, conceitos como cultura e religiosidade popular, folclore, objeto etnográfico e manifestação de cultura tradicional.

As representações de culturas afro-descendentes e seus processos de preservação devem ser entendidas na perspectiva deste contexto de branqueamento da nação brasileira a partir de uma ideia de desenvolvimento e progresso em moldes europeus, gerando uma relação conflituosa entre passado e presente, tradição e modernidade, memória e esquecimento, cultura popular e erudita.

Na impossibilidade de excluir ou mascarar referências afro nas culturas brasileiras, por sua força, importância e permanência, constituíram-se estratégias diversas de dissimulação de traços destas culturas como, por exemplo, sua folclorização e fetichização. Categorias como folclórico e etnográfico são pontos de direcionamento para os quais setores dominantes deslocam expressões culturais que desejam excluir do foco de elementos da cultura oficial, entendidos como os de maior representatividade nacional, que classificados como artístico e histórico, erudito e acadêmico, determinados cânones opõem-se às categorias de folclórico e etnográfico. A categoria folclore passa a destinar-se à produção dita popular, no sentido de inferiorização que

a ideia de cultura popular passa a ter, associada a negros e pobres, comparada com a cultura escolar e erudita, de herança europeia e branca.

Preservação e exibição do patrimônio nacional seguem critérios seletivos, baseados em graus de importância atribuídos para ressaltar e ocultar referenciais culturais, a partir de interesses particulares, manipulados pelo Estado e seus representantes, como entidades encarregadas da proteção legal do patrimônio. Percebemos também que o folclórico e a cultura popular são pensados como relacionados às manifestações extintas ou em vias de extinção, ou seja, como culturas mortas, arcaicas, reservadas a momentos específicos. A força das culturas populares é reduzida a imagem de algo frágil, diferente do imaginário oficial de práticas culturais “bens estruturadas”.

Para a seleção e preservação de patrimônios e construção de imagens sobre culturas nacionais, existem várias instituições e estratégias, destacando-se os museus, que são espaços de reunião de objetos da cultura material, com o objetivo de abordar determinados temas, explicitar e forjar ideias e visões sociais, buscando, também produzir conhecimentos. Portanto, espaços museológicos e suas exposições são de grande importância para a formação das mentalidades, ao apresentarem conceitos sobre as sociedades e os grupos que as constituem, com suas características e traços históricos. Ao manipular objetos da cultura material nos seus processos de comunicação e de preservação, os museus caracterizam-se como espaços de simulações e jogos de interesses.

Os temas mais explorados nas exposições observadas são o trabalho escravo e a religião (cultos afro-brasileiros e religiosidade popular), apresentados através de indumentárias e insígnias das divindades, além de instrumentos musicais e artefatos do trabalho. Já no conjunto de objetos africanos, os mais recorrentes são esculturas e máscaras, cerâmicas, metalurgia e instrumentos musicais. Poucas instituições apresentam os objetos africanos, ressaltando reciprocidades entre manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, sem que se estabeleçam vínculos entre Brasil e África, sem apontar origens africanas em traços culturais nacionais, calando-se sobre contribuições históricas daquele continente para o Brasil. O discurso, na maioria das vezes, é baseado na apresentação isolada de encontros, em cenas “congeladas” no tempo e no espaço, como recortes das realidades sem articulação com o processo histórico, sem que sejam estabelecidos nexos que permitam melhor compreensão de artefatos e/ou comemorações apresentados.

Não visualizamos, na maioria das exposições, uma abordagem que enfatize características destas culturas, apontando suas continuidades ou rupturas no presente, as dinâmicas das articulações entre seus elementos ou incorporações realizadas, ressaltando suas contribuições na cultura contemporânea do Ocidente.

Textos e imagens sobre tecnologias e cultura material africana são produzidos sob a ótica de uma perspectiva pretérita, ou seja, uma insistência recorrente na apresentação de uma “África tradicional”, abordando-se, a todo o tempo, técnicas e produtos que já se encontram fora do âmbito da modernidade, da atualidade africana,

reforçando-se a ideia de culturas africanas como culturas perdidas no tempo, anacrônicas, sem inovações, intercâmbios ou sem a inserção de novos procedimentos e materiais. Nesta abordagem, a ideia de tradição é utilizada da pior forma possível, aquela que alia a história e cultura de um lugar, a uma imagem congelada no tempo.

No caso específico de exposições no Brasil, as imagens mais exploradas são as do negro escravo e suas “barbarizadas” práticas religiosas, omitindo-se outras perspectivas como as organizações civis afro-brasileiras, a produção de artes gráficas e plásticas, os fazeres musicais, literários, teatrais, cinematográficos, as poéticas orais, as práticas de resistência e de reinvenções de suas tradições. Há uma tendência, ainda forte, em abordar cultura material de matrizes ou inspirações africanas, pelo olhar central da cultura cristã ocidental, com seus valores, discursos, poderes e preconceitos.

A apresentação do negro e sua inserção na sociedade brasileira na qualidade de escravo é recorrente nessas exposições, e ainda assim raramente apresentado em atividades urbanas e domésticas, prevalecendo a abordagem do negro na lavoura ou nas minas, desaparecendo do cenário das representações de trabalho, principalmente após o fim da prática escravista, volatilizando-se seus afazeres e formas de sobrevivência no tempo e no espaço, como se o mundo do trabalho tivesse se embranquecido, confirmando-se e mantendo-se uma reiterada imagem: negro igual a escravo. Por outro lado, faltam discursos que valorizem o significado do africano escravizado e negro livre, que evidenciem que a sociedade brasileira, durante mais de trezentos anos, dependeu quase que exclusivamente da sua força de trabalho. Fala-se menos ainda do negro livre, que participou de várias dimensões da sociedade, produzindo diversas expressões culturais, inclusive aquelas relacionadas ao mundo dos brancos, perdendo-se de vista sua participação em diversos setores da sociedade brasileira, nas elaborações lúdicas e artísticas, na literatura, nas ciências, nas artes plásticas, na política e economia. São escamoteadas diversas dimensões de suas presenças nas cidades brasileiras. Invisibilizam-se negros alfaiates, sapateiros, músicos, compositores, artistas, barbeiros, marinheiros, ferreiros, pedreiros, quitandeiras, amas-de-leite, passadeiras, engomadeiras, entre tantos outros ofícios que executaram.

Este enfoque limita-se a falar de um negro sofredor, passivo, esvaziado de personalidade, uma “peça”, que plantou e propiciou o enriquecimento da metrópole, desaparecendo em seguida à abolição, sendo recorrente a ausência de referências aos processos de resistência, aos quilombos e insurreições. Prevaecem imagens que levam à ideia da sociedade brasileira como de perfeita “Ordem e Progresso” ao longo da sua história. A escravidão não é apresentada de forma problematizada, com todas as injunções a ela relacionadas, mas como prática plenamente aceita e naturalizada, sem conflitos e pressões internas. É omitido o caráter associativo dos negros escravos e libertos, e suas diversas formas organizacionais, através de irmandades, corporações secretas, sociedades diversas, produzindo ideia de passividade e incapacidade de resistência.

Ainda no universo relativo ao trabalho escravo, outra imagem recorrente é a do castigo, sendo colocadas imagens de negros amarrados ao tronco, recebendo chicotadas ou presos a correntes e outros instrumentos de suplício, através de esculturas, pinturas, gravuras e modelos e instrumentos de castigo e tortura.

São apresentados como apêndice, pois, excluída a possibilidade de sua mobilidade social, a literatura e a bibliografia optaram por torná-lo “invisível”, pois, se não há lugar para o negro bem sucedido na sociedade brasileira, também lhe é renegado espaço nas exposições. Ou melhor, há um lugar, já definido e conhecido: do “negro capoeira”, do “negro maculelê”, do “negro macumbeiro”, do “negro malandro”.

O negro, produtor de cultura e arte, tanto na relativa a raízes africanas, quanto na produção de arte ocidental, produzida no período colonial brasileiro, por exemplo, não é citado e referenciado, reservando-se algum espaço, apenas, para poucas obras identificadas. Manifestações culturais de origem ou inspiração africana ganharam roupagem exótica, retratadas pelo viés da atração turística e folclórica. Quando entendidos e descobertos como elementos de captação de recursos, os negros são transformados em atração, produtos da mídia e do marketing, sem que, com isso e por isso mesmo, ocorram efetivas transformações que impliquem em reconhecimento das raízes afro-ameríndias ou melhorias na qualidade de vida das comunidades ameríndias e afro-brasileiras. Outro enfoque das exposições é o das religiões de matriz africana, não na sua importância como centro de produção de saberes e atualização de tradições, mas como práticas religiosas animistas, classificadas como seita, preceito, fetiche, exótica, folclórica, sem que seja abordada como um amplo sistema simbólico, que ultrapassa limites míticos e avança na vida como um todo em suas dinâmicas. Imperam concepções de religiões africanas e afro-brasileiras como variantes da religiosidade popular, como práticas à margem da religião católica, saturadas de preconceitos e estranhamentos desmoralizadores.

A religiosidade é exposta com ênfase no sincretismo, atrelando o imaginário afro-brasileiro ao universo religioso católico. Esta questão se apresenta em textos e imagens, com a utilização de denominações de santos católicos para a identificação paralela de divindades do panteão afro-brasileiro. Inexistem análises críticas sobre o sincretismo como expressão dos processos de reelaborações de significados ocorridos no encontro de culturas que ocorreu no Brasil, e das estratégias para manutenção de referenciais e práticas culturais de negros que, isoladas, “dificilmente” teriam se preservado e resistido ao tempo e às pressões da sociedade judaica cristã dominante. Também não são abordadas as várias correntes atuais em torno da manutenção ou não das referências sincréticas.

Há uma certa homogeneização na apresentação das religiões de matriz africana, confundindo-se, nas imagens exibidas, elementos que pertencem a estruturas religiosas e simbólicas diferenciadas. Percebe-se, por exemplo, a utilização da palavra orixá, que designa divindades iorubás, para divindades de outros sistemas religiosos. Esta recorrência nos revela uma tendência ao iorubacentrismo, que se desenvolveu

entre nós como ponto de referência e de partida para o entendimento dos sistemas culturais africanos. Daí encontramos, em alguns textos e imagens, a tendência a hierarquizar formas de expressão e práticas religiosas, tomando como ponto de partida referências das estruturas iorubanas.

Quanto às lideranças religiosas, a abordagem possui um tom memorialista, com ênfase para pais e mães-de-santo já falecidos, normalmente os fundadores das diversas comunidades religiosas, sem menções às gerações recentes de líderes, com suas novas formas de atuação e atualização de práticas. É pouco mencionada e valorizada a importância dos terreiros como centros de resistências e lutas, como espaços que possibilitaram a manutenção, preservação e transmissão atualizada de elementos culturais africanos, de geração a geração. O tema religião é apresentado sem considerações sobre os significados, no passado e atuais, do pertencimento a uma comunidade religiosa afro-brasileira.

Várias outras questões poderiam ser abordadas aqui em relação às formas de apresentação e representação dos negros em exposições museológicas. As possibilidades de interpretação são imensas. No entanto, concluindo este texto, é importante também falar sobre a identificação de novas perspectivas e abordagens.

Nos últimos anos podemos apontar mudanças nas políticas de preservação patrimonial no Brasil, com novos olhares e ações relacionados a territórios do sagrado, com comunidades afro-brasileiras em processos de tombamento desde 1984 e, mais recentemente, com a inclusão de elementos culturais afro-brasileiros no rol do patrimônio imaterial brasileiro, entre eles o ofício das baianas de acarajé, o jongo, o frevo, o tambor de crioula, as matrizes do samba, o bumba-meu-boi.

O fato de praticar o tombamento ou registrar essas práticas culturais não resolve sérios problemas e desafios que afetam diretamente estas comunidades, como, por exemplo, a especulação imobiliária de seus territórios, ou ainda a intolerância religiosa. No entanto, o destaque e o reconhecimento destes referenciais enquanto patrimônios da cultura nacional, propiciam novos olhares sobre eles, chamando a atenção sobre artefatos, artesãos, músicos, cantadores e as comunidades que os produzem.

Este novo quadro pode ser relacionado ao reforço dos movimentos sociais das comunidades afro-brasileiras, que provocou uma série de iniciativas, levando, enfim, ao reconhecimento oficial da existência do racismo no Brasil, evidenciando a necessidade de implementação de ações afirmativas e de reparação. Destaca-se nesta trajetória recente a Lei 10.639 de janeiro de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África, Culturas Africanas e Cultura Afro-brasileira, na rede pública e privada de ensino no Brasil. Para a implementação desta lei foram estabelecidas diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas.

Outra ação afirmativa de reconhecimento da importância das comunidades afro-brasileiras, fruto de uma longa trajetória de lutas e ações civis, foi a publicação da Instrução Normativa n.20, de setembro de 2005, que regulamenta o procedimento

para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que tratam o artigo 68 das Disposições Constitucionais Provisórias da Constituição Federal de 1988 e Decreto de 20 de novembro de 2003.

No cenário museológico propriamente dito, poderíamos apontar algumas iniciativas voltadas para modificar o quadro apresentado neste artigo, incluindo-se aqui o surgimento crescente de memoriais instalados nas próprias comunidades religiosas, pensados, propostos, concebidos e geridos por estas comunidades.

No quadro das instituições ditas tradicionais, podemos destacar, em Salvador, o Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, do Centro de Estudos Afro-Orientais, inaugurado em 1982, o Museu Afro-Brasil, inaugurado em 2004, em São Paulo e o Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, também em Salvador. Como uma iniciativa antenada com as novas possibilidades tecnológicas, podemos citar o Museu Digital da Memória Afro-Brasileira, também desenvolvido pelo CEAO-UFBA, em parceria com outras universidades brasileiras.

Após estas breves considerações sobre a questão dos museus e suas representações sobre a África e suas diásporas, concluimos que somente ao realizarmos olhares críticos que levem a transformações nas nossas práticas profissionais e produtos delas resultantes, com a reelaboração de discursos visando eliminar posturas hegemônicas e monopolizadoras geradas pelas elites e classes dominantes, em torno da presença negra no Brasil e no mundo, é que poderemos perceber e sentir que estamos atuando plenamente enquanto agentes de mudanças político-culturais.

Museus e exposições têm servido, ao longo do tempo, como veículos de afirmação de discursos para a dominação, como centros produtores e difusores de ideias através de textos, objetos e imagens, selecionados, clivados e preservados, na medida dos interesses de grupos detentores do poder de afirmação e manutenção de referenciais patrimoniais oficiais. Felizmente percebemos um movimento contemporâneo que caminha na direção de reconstrução de discursos e práticas, que têm se revelado em projetos de reestruturação de antigas instituições, no redimensionamento de museus e instituições e na produção de exposições voltadas para novas formas de desenhar e representar culturas e realidades sociais africanas e suas diásporas.

Esta proposição de revisão de discursos e imagens veiculadas sobre a África e os africanos encontra como primeiro desafio a necessidade de desconstruir imaginários que, longe de terem se perdido e estarem extintos, transformaram-se em novos estigmas que, alimentados por outros preconceitos se difundem na atualidade.

Ainda que novas perspectivas se processem, no mundo dos museus brasileiros, a cultura nacional, forjada e moldada a partir do século XIX, parece ter realizado a utopia do branqueamento através da seleção de valores ditos superiores e civilizados, do mundo branco, em oposição à apresentação de elementos interpretados como representantes do mundo inferior e selvagem dos não brancos.

Referências bibliográficas

- Bacelar, Jéferson. (2001) *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Bomeny, Helena Bousque et ali. (1995). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Cancelini, Nestor Garcia. (1994) *O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.23.
- Cunha, Marcelo N. B da. (2006). *Teatro de Memórias, Palco de Esquecimentos: culturas negras e das diásporas negras em exposições museológicas*. São Paulo: PUC. (tese).
- Dantas, Beatriz Góis. (1988). *Vovó Nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. (1993) *A problemática da identidade cultural nos Museus: de objetivo (de ação) a objeto de conhecimento*. São Paulo, Museu Paulista. Nova série, n.01.
- Schwarz, Lilia Moritz. (1993) *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silveira, Renato da. (2000) *Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental*. In: Afro - Ásia, Salvador: UFBA. N. 23
- Sodré, Muniz. (1988) *O Terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, Nina (1977). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional. 5ed.